



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO XVI - Nº 294 - DE 14 A 28 DE FEVEREIRO DE 2005 - R\$ 1,50

**Avaliação dos encontros da Conlutas e Conlute:
POR UMA FRENTE ÚNICA DE COMBATE,
DE OPOSIÇÃO REVOLUCIONÁRIA AO GOVERNO
E ÀS DIREÇÕES BUROCRÁTICAS DO PT/PCdoB,
EM DEFESA DAS REIVINDICAÇÕES DAS MASSAS.
NÃO À DIVISÃO DA CUT E DA UNE!!**



USP Leste: Laboratório da política do governo do PSDB
Balanço do Congresso da CNTE
Estudantes protestam contra exclusão pelos vestibulares
Assassinada freira norte-americana pelos fazendeiros madeireiros

Eleições no Iraque ampliam crise



Quinzena de Lutas

Servidor municipal entrega pauta

Os servidores municipais estiveram no dia 1 de fevereiro na sede da Prefeitura para entregar a pauta de reivindicações da campanha salarial de 2005. A data-base da categoria é maio, mas querem antecipar as negociações, tentando garantir reposição de 34,7%. Mas, o prefeito José Serra assinou decreto revogando os reajustes salariais. E a Secretaria Municipal de Finanças já confirmou que não há previsão de aumento de salários. Como se vê, a campanha salarial será muito dura e o funcionalismo municipal terá de enfrentá-la. As direções sindicais devem convocar assembleias e aprovar a constituição das comissões de mobilização em cada lugar de trabalho e coordená-las numa Comissão Central. Além disso, não deve se submeter às experiências burocráticas da direção sindical. A base, organizada por meio das assembleias, é quem deve dirigir o processo.

Metroviários de SP contra as demissões e a terceirização

Os metroviários de São Paulo estão se mobilizando desde o dia 20 de janeiro para que o Metrô volte atrás nas demissões de cerca de 70 funcionários e que o governo do Estado pare com as terceirizações, principalmente no setor da bilheteria (o governo prepara a privatização). Para isso, foi marcada uma assembleia no dia 2 de fevereiro para organizar a greve marcada para o dia 3, mas ela foi adiada para o dia 15 de fevereiro e uma nova assembleia no dia 10. A direção sindical (Articulação/PCdoB) procurou a todo custo desmobilizar a categoria, procurando desviar a luta para os distraconismos parlamentares, que não levam a nada, como a reunião na Assembleia Legislativa entre deputados e os sindicatos ligados à CPTM e ao Metrô. Os trabalhadores do metrô devem combater a política de sua direção, que é de apoio às medidas privatizantes.

Deca quer dar Férias Coletivas de 10 Dias para 1.900 Metalúrgicos

A Deca, principal indústria fabricante de material sanitário, anunciou que pretende dar férias coletivas de 10 dias para os 1.300 trabalhadores das fábricas da Capital e 600 da unidade de Jundiaí. A Deca quer colocar os funcionários em licença por conta da queda nas encomendas. Os dias parados

serão compensados quando retomasse a produção. Essa história, os operários já conhecem: depois das férias vêm as demissões. Essas férias coletivas já são um reflexo da queda da produção que está se iniciando pela construção civil. Por isso, é necessário organizar a resistência contra essa medida patronal.

Recursos Humanos se transformam em 0800 Terceirizado

A tradicional ida ao setor de RH (recursos humanos) da empresa para resolver probleminhas do dia-a-dia se tornou um problemão para os funcionários da Unilever e da Nestlé. Estas empresas resolveram substituir o atendimento por um telefone grátis. No caso da Nestlé, a empresa diz que a idéia é que o telefone sirva somente para tirar dúvidas e que os problemas continuam sendo resolvidos pessoalmente. Já na Unilever o setor de recursos humanos foi terceirizado e que o atendimento passou a ser feito somente pelo 0800.

Com a mudança o atendimento se tornou mais demorado e os problemas não são resolvidos.

Reclamam que o atendimento demora de 20 a 30 minutos e que quando atendem, dizem que vão estudar o caso e não retornam com uma solução, principalmente por não terem familiaridade com a rotina da multinacional.

A pelegada do Sindicato da Alimentação diz não ser contra a mudança (terceirização) ressaltando apenas que ela não pode prejudicar os trabalhadores.

Lei de Falências ataca indenização trabalhista

Depois de 11 anos em tramitação no Congresso Nacional, a nova Lei de Falências está prestes a entrar em vigor. A principal mudança prevista no dispositivo é a fixação de um teto de 150 salários-mínimos para indenizações trabalhistas.

Na prática isto significa que, haverá um assalto aos trabalhadores, em caso de falência, só vai ficar com no máximo R\$ 39 mil, independentemente do tempo trabalhado e do valor a que teria direito em caso de demissão. Por exemplo, um funcionário que deveria receber R\$ 48 mil de rescisão (incluindo FGTS, multa de 40%, férias, 13º salário e aviso prévio) ficará com apenas R\$ 39 mil se a empresa falir e terá de arcar com prejuízo de R\$ 9 mil. A Lei de Falência do governo PT/Lula é para proteger os capitalista e descarregar os prejuízos nas costas dos trabalhadores.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista.
Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

Denúncias

Assassinato de Dorothy Stang

A religiosa Dorothy, membro da Coordenação Nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT), foi assassinada a mando de fazendeiros e madeireiros da região de Anapu, Pará. É mais um caso de morte que envolve a questão da terra no país. O caso ganha repercussão pelo fato da missionária ser norte-americana.

Dorothy Stang era elogiada pelos próprios órgãos públicos como Inbra, OAB, Senado e a Assembléia Legislativa do Pará, portanto não se tratava de uma revolucionária. No entanto, nem mesmo a condição de missionária e de reconhecimento por organismos da política burguesa a protegeu das armas assassinas dos exploradores e opressores. Isso mostra, mais uma vez, a impunidade dos crimes dos latifundiários contra o movimento sem terra e demais camponeses.

O Pará é um dos estados em que a grilagem de terra não foi resolvida pelo Estado burguês, como ocorreu em outros lugares. A exploração da madeira e minerais é feita por poderosos grupos que passam por cima inclusive da legalidade estatal. Para desenvolver seus negócios, estão obrigados a se confrontar com trabalhadores agrários, indígenas e a população local. O que prevalece é a força do capital que penetra por toda a parte não importando as conseqüências sociais avassaladoras. Está aí por que não tolera nem mesmo a ingerência missionária religiosa que tem por fundamento harmonizar o capital e o trabalho, que se fosse possível perpetuaria a exploração.

Lembremos que a chacina de Eldorado de Carajás é fruto dessa realidade.

O capitalismo se impôs à base da violência. Continua a existir sob essa forma. A luta do proletariado contra os crimes do capitalismo não é simplesmente o de punir individualmente este ou aquele capanga. Trata-se de lutar pela expropriação geral de todos os latifúndios, tarefa essa que implica a unidade operária e camponesa, sob a estratégia da revolução socialista.

O movimento sem-terra e a classe operária devem exigir do governo PT/Lula que apresente imediatamente os assassinos e os capitalistas responsáveis. Sob o governo Lula tem crescido o número de assassinatos de trabalhadores sem-terra e a impunidade continua vigorando. Essa exigência, porém, não deve desviar da principal forma de punir os responsáveis, que é o da mobilização dos trabalhadores em torno da constituição de um Tribunal Popular, independente do Estado e submetido à população oprimida.

A pobreza avança

O governo do PT tem se vangloriado da economia ter crescido no ano passado e os empregos voltados aos lares dos trabalhadores. A verdade é que somente em 2003 foram destruídos 1,2 milhão de postos de trabalho. Nos anos de implantação das reformas neoliberais e privatização das estatais, entre 1989 a 1999, foram eliminados 3 milhões de postos de trabalho. Sendo que 2 milhões eram do setor industrial. Lembremos, também, que os bancários perderam um terço de empregos em 15 anos.

Isso mostra que a propaganda de geração de emprego do governo Lula não ameniza esse rombo que atinge milhões de desempregados no país. Mas há um outro dado que demonstra

que aumentou o emprego precário. “Em dezembro de 2004, o número de pessoas com rendimento inferior a um salário mínimo, trabalhando 40 horas semanais, era de 2,7 milhões, de acordo com a pesquisa mensal de emprego do IBGE. Em dezembro de 2003, a cifra era de 2,3 milhões” (Folha de S.P).

Essa constatação evidencia o aumento da taxa de exploração do trabalho e o crescimento da miséria nas camadas mais oprimidas pelo capitalismo. Está aí a importância do movimento operário defender as seguintes reivindicações: que nenhum trabalhador receba menos que um salário mínimo, que o salário mínimo cumpra de fato as necessidades da família e que nenhum trabalhador deixe de ter a carteira de trabalho assinada. Um salário mínimo, segundo nossos cálculos, para uma família de 4 pessoas, supera dois mil reais. Que os trabalhadores em suas assembleias façam um cálculo e tomemos uma posição em defesa de um salário mínimo que acabe com a fome e a miséria.

Os capitalistas e o governo do PT dirão que não poderão atender, porque a economia e o Estado não suportam. Diremos que quem não suporta mais a fome e a miséria, a superexploração e a opressão de classe somos nós trabalhadores. Lutamos pelo salário mínimo real que de fato proteja a vida de quem trabalha.

Nova cara do imperialismo?

A apresentação da nova Secretária de Estado do governo Bush, Condoleezza Rice, é propagandeada como uma ofensiva diplomática dos Estados Unidos para maquiagem a face agressora do imperialismo com as tinturas de pacificador. O governo francês a recebeu como a chefe dos chefes das potências.

A visibilidade da nova Secretária de Estado não tem a ver apenas com o fato dos Estados Unidos serem mandões do mundo mas também ao objetivo de chamar a Europa imperialista a não fazer o mesmo como fizeram perante à ocupação do Iraque – as novas ofensivas do governo Bush terão de contar com o imperialismo unido. O Irã, a Coreia do Norte e a Síria são os próximos alvos do militarismo norte-americano. As ameaças contra o Irã são feitas com insistência. A Europa tomou para si o encargo de eliminar o projeto nuclear do Irã por via das pressões diplomáticas. Os Estados Unidos apostam no fracasso e indicam que a via deve ser militar. O Iraque foi invadido sob justificativas mentirosas, depois de manobramos com a inspeção. O Irã é o próximo do chamado “Eixo do mal”. O mar de petróleo é uma das razões principais do cerco norte-americano no Oriente Médio.

A máscara das eleições no Iraque e as negociações de acordo entre a Autoridade Palestina e o Estado de Israel estão sendo apresentados como a via pacífica para os conflitos internos no Oriente Médio. Na verdade, servem para acobertar a política de soluções militares desenvolvida pelos Estados Unidos. A viagem da nova Secretária de Estado tem a função de mostrar à burguesia europeia que deve seguir as decisões da Casa Branca e do Pentágono. Podemos aguardar o recrudescimento da ofensiva bélica dos Estados Unidos.

Os trabalhadores do mundo todo terão de se levantar num movimento antiimperialista e anticapitalista.

Encontro Nacional da Conlutas

Conlutas – Do encontro do Conlutas em Porto Alegre o Partido pode participar com o nosso panfleto que foi acrescentado à pasta de teses e contribuições. Fizemos uma defesa de cinco minutos da mesma e alguns comentários posteriores indicam que uma parte da plenária prestou atenção às nossas posições. A nossa foi a única que se colocou abertamente contra a ruptura e pela compreensão do Conlutas apenas como uma frente antiburocrática e revolucionária. Contudo, o encontro da Conlutas foi muito mais burocratizado e as resoluções já haviam sido previamente acordadas entre as entidades que compõem a coordenação. Apenas um ponto era polêmico – a data da realização do congresso de ruptura. O grande número de participantes 1500 se explica em grande medida pela massiva participação de elementos da base dos sindicatos e movimentos populares controlados pelo PSTU. Mas toda essa massa não participou das deliberações que foram fechadas entre as cúpulas dos sindicatos e confederações que coordenam. Algumas correntes insistiam no rompimento imediato, já o PSTU jogou o momento da ruptura para frente, especulando que adiando irá ampliar o número de sindicatos favoráveis a constituição de uma nova central e, principalmente, porque uma das entidades que compõem a coordenação – o ANDES/SN- deverá decidir no seu congresso de final de fevereiro deste ano sobre este ponto e nesta entidade há divisões.

O Encontro serviu para que a Coordenação apresentasse um documento consensual elaborado pelas entidades que dirigem a Conlutas. Eis por que seus organizadores não tiveram a pretensão de aprovar o principal objetivo que é o de romper com a CUT.

A posição do PSTU, responsável pela Conlutas, é de transformar a “frente” em uma nova Central. A discussão é remetida às bases e um novo encontro será feito no segundo semestre de 2005. No início de 2006, ocorrerá o 1º Congresso da Con-

lutas. A promessa dos organizadores é de que “todas as opiniões serão incluídas no relatório final para o debate”.

De fato, a Conlutas foi constituída pelo PSTU para viabilizar a decisão de levar os seus sindicatos a romperem com a CUT. Não pôde decidir no Encontro de Porto Alegre sobre a fundação de uma nova Central, como queriam os grupos ultra-esquerdistas, devido a que a participação de sindicatos teve baixo número (260), a que a diretoria do Andes ter colocado um pé atrás a acordos anteriores e a

que o PSOL ainda ser importante para os objetivos de aproximação do PSTU com a esquerda reformista. Espera ganhar mais força nesse ano.

Segundo sua análise, há uma ruptura de massa com a CUT. Embora não siga demonstrar com fatos esse fenômeno, a não ser com o exemplo da greve dos bancários e das manifestações em Brasília, que inclusive são distintas entre si para análise da tal ruptura, o PSTU procura iludir a militância no sentido de que no período imediato avançará a ruptura. O adiamento da decisão de transformar a “frente” Conlutas em uma nova entidade revela a insegurança quanto à caracterização de que há uma ruptura em marcha das bases trabalhadoras com a CUT. O que se deve verificar no Encontro Nacional preparatório para o Congresso é se a análise do PSTU corresponde à objetividade da situação ou se é fruto do subjetivismo. Estamos afirmando que não há esse nível de ruptura a ponto da classe operária e demais trabalhadores porem em pé uma nova Central que golpee a direção burocrática da CUT. O que significaria arrancar das mãos da burocracia a maior parte dos sindicatos e, principalmente, os estratégicos.

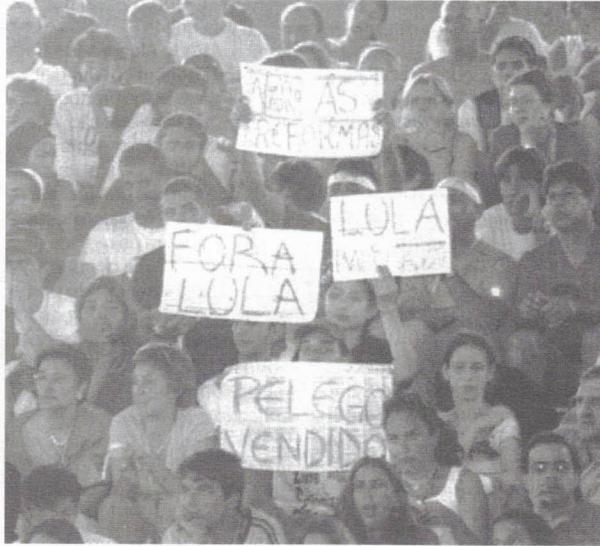
Os esquerdistas que querem que o PSTU leve a Conlutas a aprovar imediatamente uma Central de caráter amplo e soviético não dão a menor importância



se existe ou não existe uma ruptura do proletariado com a CUT. Isso se explica porque o ultra-esquerdismo aqui é o ultra-subjetivismo.

Mas o PSTU que encabeça o movimento da Conlutas, porque controla uma pequena parcela dos sindicatos, está obrigado a apresentar dados materiais para seu objetivo de dividir a CUT. Não é por acaso que estabelece uma polêmica com o PSOL que é contra a romper com a CUT porque é necessário disputar sua base. O PSTU responde que ocorre o oposto: "para disputar sua base é necessário construir uma alternativa nacional, que possa encaminhar as lutas contra as reformas".

Sabemos que o PSOL é uma pequena expressão do reformismo petista e, portanto, do burocratismo sindical. A disputa das bases para o reformismo



pequeno-burguês é o de ganhar postos no comando de sindicatos, inclusive compondo com setores da burocracia adversária. Não se trata de uma política de derrocada e expulsão da burocracia e de

transformar os sindicatos em instrumentos da revolução proletária, que como sabemos será dirigida pelo partido marxista (leninista-trotskyista). Não se pode assim levar a sério o palavreado do PSOL de que não quer romper com a CUT porque a tarefa é de ganhar as bases.

O PSTU, porém, responde com um tremendo absurdo. Ou seja, que "é necessário organizar uma alternativa nacional que supere o isolamento (cada um em seu sindicato)". O "isolamento dos sindicatos", dirigidos ou influenciados pelo PSTU, é de responsabilidade de sua própria política frente à burocracia sindical do PT. Não se dispôs a constituir uma frente anti-burocrática e classista no interior da CUT, quando inclusive ocupava cargos em sua direção. Só se preocupava em construir

O ultra-esquerdismo

O PSTU arrasta para a posição de romper com a CUT os mais variados matizes de sectarismo. O ultra-esquerdismo foi caracterizado por Lênin como "doença infantil do comunismo, o quer dizer imaturidade, limitada compreensão, propagandismo abstrato e ausência de vínculo com o proletariado. Mas nossos ultras têm pouco a ver com a infância. Foram acometidos pelo mal do mongolonismo. Essa imagem psico-somática do idiotismo retrata bem os ultras que foram puxados pelo PSTU a clamar pela desfiliação da CUT e formação de uma outra Central.

O ataque de mongolismo agudo, em política, leva ao delírio de afirmar: "O Conlutas só pode ser alternativa à CUT se se constituir como uma Central Proletária Soviética." Para não deixar por menos, a tal da Fração Trotskista, completa seu desejo: "O Conlutas, a exemplo dos Soviets, deve estar aberto a uma ampla composição desde entidades sindicais, movimento estudantil, movimentos populares e organizações políticas revolucionárias, para que não se torne aparelhista e burocratizado." Não tem o menor sentido comparar o aparelho do PSTU e aliados com os Soviets. Pretender uma "central proletária e soviética" por meio da Conlutas é pôr no papel o que dá na "telha".

Um outro grupo, LBI, que adora se auto-glorificar, correu a dar um nome, com direito à sigla: "Central Operária, Camponesa, Estudantil e Popular – COCEP". Para concorrer em ultra-idiotismo com a Fração, corre a alertar – sua COCEP "deve ter um caráter soviético". Pretende que o aventureirismo do PSTU (a Conlutas para romper com a CUT) dê lugar a "uma alternativa revolucionária de poder dos trabalhadores".

Para uma seita política é fácil lançar no ar a bandeira de greve geral para pôr abaixo o governo Lula. Nisso a LBI também é acompanhada pela FT. A inconseqüência é total. Escrevem sem saber o que estão dizendo. Vejamos esta crítica ao PSTU feita pela LBI, que certamente a FT está de acordo. Depois de dizer que a política centrista do PSTU tem limitado "o alcance das tendências latentes de ruptura das massas com o

governo Lula/FMI" conclui que o PSTU "opõe-se apenas às medidas impopulares do governo e não ao governo de conjunto, omitindo-se de levantar uma consigna de poder como o Abaixo o governo Lula/FMI, mesmo que de forma publicitária diante do governo da frente popular (...)". Eis uma crítica sem o menor sentido. Atribuir ao PSTU capacidade para com sua política centrista limitar o "alcance das tendências latentes de ruptura das massas com o governo Lula" é desconhecer a pequena capacidade dessa corrente de influenciar o caminho das massas.

Esse subjetivismo desemboca na mais falaciosa denúncia, a de que o PSTU estaria limitando as "tendências latentes" porque não levanta a "consigna de poder" de "Abaixo o governo Lula/FMI". A LBI quer o PSTU centrista assumira uma posição esquerdista (abstrata) de "Abaixo o governo Lula/FMI". Precisa amenizar o ultra-esquerdismo de uma consigna de poder completamente fora da situação política e da correlação de força na luta de classes com o reparo "mesmo que de forma publicitária".

Se tivesse algum valor a caracterização de que as tendências de ruptura das massas são latentes, logo se veria que mesmo como propaganda a bandeira de "Abaixo o governo Lula/FMI" não ajuda os trabalhadores a superarem suas ilusões reformistas no governo do PT. Pelo contrário, prejudicaria. Não é preciso ressaltar que a defesa da greve geral contra o governo Lula só pode vir de alguém que está na lua.

Se é uma crítica que se deve fazer ao PSTU é o de assumir uma posição ultra-esquerdista e aparelhista frente às tarefas de combater a burocracia da CUT. Nesse ponto, toda gama de ultra-esquerdista considerou a Conlutas um passo progressivo. O reparo que fazem é que PSTU não está sendo tão ultra-esquerdista como poderia ser ao não se colocar por uma Central soviética. Na realidade, os ultra-esquerdistas capitulam diante da guinada que o oportunismo centrista faz em relação à tarefa de combater a burocracia da CUT.

frentes nos momentos de eleição sindical e congressos da CUT em função da disputa de cargos. Se o argumento é o isolamento dos sindicatos (“cada um em seu sindicato”), trata-se de um fenômeno tão antigo quanto a própria CUT. Pode-se dizer que o isolamento aumentou com o processo de burocratização e estatização da CUT. É inegável essa constatação. Ela indica que os sindicatos, na maior parte, estão sob a direção petista (Articulação).



E é essa condição que permitiu elevar o grau de estatização da CUT sob o governo Lula.

Para quebrar o poder dessa burocracia na Central é necessário a construção de uma fração revolucionária no interior dos sindicatos, cutistas e não-cutistas. Obrigatoriamente, a organização proletária terá de passar pelo combate no interior desses sindicatos, que se expressará no interior da CUT. Não é por meio de uma nova Central ultra-minoritária que se enfraquecerá a burocracia e quebrará “o isolamento dos sindicatos”. O contrário pode ocorrer. A divisão da CUT, nas condições criadas pela Conlutas, isolará ainda mais os sindicatos, uma vez que a maioria deles permanecerá nas mãos da burocracia e aumentarão as dificuldades para combatê-la no seu próprio campo.

Há um outro argumento de igual importância: o “profundo processo de burocratização (CUT) tornou impossível qualquer tipo de disputa pela base em seu interior”. É verdade que a burocracia eliminou a expressão das bases na CUT, principalmente operária, e acabou com as formas organizativas que possibilitavam a ligação da CUT com as bases e a democracia interna. Os congressos foram transformados em reuniões de burocratas. Ocorre que essa burocratização é fruto da política das direções sindicais pró-burguesas e que pôde ser implantada porque controlam a maior parte dos sindicatos. A derrota da política da burocracia estatizante depende do desenvolvimento da política revolucionária no interior da classe operária, que resultará da construção do partido da revolução

proletária. Essa luta se dará no seio dos sindicatos, que refletirá na CUT.

Uma tarefa essencial é a de colocar para os trabalhadores a recuperação da CUT e sua transformação em instrumento de centralização nacional da luta de classes. Ao contrário de sair da CUT para ganhar força no movimento social, há que colocar a luta por varrer a burocracia dos sindicatos, recuperar a CUT e conquistar a unidade proletária contra todo tipo de divisionismo burocrático.

O estreitamento dos congressos da CUT, sua inoperância e a politicagem da burocracia aparelhista não impedem a fração revolucionária fazer um trabalho no interior dos sindicatos e atuar por dentro e por fora da CUT. Se a Conlutas constituisse uma coordenação e um movimento de transformação da CUT cumpriria o papel frentista e serviria de instrumento para enfraquecer a burocracia e impulsionar uma fração revolucionária.

O PSTU analisa que “se não houver a construção de uma alternativa como a Conlutas” o “processo objetivo de ruptura de massa” poderá “caminhar para a dispersão”. Esse argumento também não modifica o subjetivismo do restante da análise. O que a experiência tem demonstrado é que o descontentamento dos trabalhadores resulta em movimentos instintivos que se chocam contra a burocracia e os aparatos. Trata-se de atuar com uma política proletária no interior dessas tendências, ajudando os explorados a quebrarem a camisa de força da política pró-burguesa e estatizante da burocracia. A Conlutas se fizesse esse

trabalho, alinhando sindicatos combativos, obrigando as correntes e ativistas a ação frentista e desenvolvendo as reivindicações dos trabalhadores. seria um canal por onde o combate se daria. O argumento de que é preciso romper com a CUT para ter uma alternativa e evitar a dispersão é falso.

José Maria, dirigente do PSTU, apela para o argumento de que “os que são contra a ruptura acabam por capitular à direção da CUT”. A capitulação perante a burocracia se verifica na política

desenvolvida por uma corrente. O PSOL, por exemplo, não quer a ruptura porque faz parte da burocracia, procurando se diferenciar por um reformismo de esquerda. O POR é contra a ruptura porque esta não conduz à construção de um novo organismo de massa e à derrocada da burocracia. Continuaremos combatendo a política pró-burguesa no seio do movimento sindical e na CUT, como sempre fizemos sob a estratégia do programa da revolução e ditadura proletárias. O combate incorreto à burocracia, como o ultra-esquerdismo, é que resulta em capitulação. Pode-se capitular pela via da adaptação ou pela via do abandono do campo de luta onde a burocracia controla a direção das organizações de massa.

O abandono da CUT pelo PSTU e a posição de construir uma nova Central vêm não pelo fato de haver uma ruptura das massas contra a burocracia dominante, mas em razão da luta aparelhista no interior da CUT ter se tornado limitada para as esquerdas. E porque a reforma sindical prevê o controle das finanças e a centralização de todos os sindicatos pela burocracia petista. O trabalho a ser feito contra o intervencionismo reacionário é o de não acatar a ingerência burocrática e pôr em pé um movimento pela independência e democracia sindicais. O rompimento com a CUT nesse sentido é aparelhista. É preciso atuar dentro e fora da CUT. É nesse sentido que o POR defende que a Conlutas se construa como uma frente de defesa das reivindicações, de combate ao governo e pela derrocada da burocracia.

Encontro Nacional do Conlute

PSTU insiste em transformar CONLUTE em nova entidade

Resolução de Porto Alegre aponta para abandono da disputa da direção da UNE

O encontro Reforma Universitária e os rumos do movimento estudantil, realizado em 28 de janeiro em Porto Alegre, foi organizado e composto principalmente pelo PSTU, compareceram também outros setores da vanguarda do movimento estudantil. O encontro contou com a participação de todas as correntes que quiseram participar, estruturado a partir de teses escritas e expostas inicialmente na plenária. Em seguida, houve grupos de discussão. Na plenária final, todas as questões puderam ser discutidas e votadas. O POR compareceu ao encontro com um manifesto, fez a defesa de suas posições nos grupos e na plenária, destacando-se como a única corrente que se opõe a ruptura da UNE.

Nota-se que houve uma diminuição na quantidade de pessoas na CONLUTE,

no encontro no Rio de Janeiro, eram mais de 1.000 estudantes, e em Porto Alegre, quando a cidade estava cheia de estudantes do Brasil inteiro por causa do FSM (e o encontro foi marcado lá justamente por isso) não havia mais de 500 participantes, sendo que a maioria era militante do PSTU. Podemos caracterizar este encontro como um encontro de vanguarda.

A principal polêmica do encontro dizia respeito à ruptura com a UNE.

Um setor, puxado principalmente pela LBI, defendia o rompimento imediato com a UNE. O PSTU apresentou a proposta vencedora de “abrir um amplo debate na base do movimento estudantil durante todo o ano de 2005 defendendo a necessidade de romper com a UNE”.

O PSTU quer fazer de conta que o rompimento será condicionada por uma

decisão da base, mas isto já está pré-estabelecido já que o encontro marcou o próximo Congresso da CONLUTE (no qual se criará a nova entidade) para acontecer paralelamente ao da UNE, o que já determina a ruptura.

O POR apontou que esta política é inconseqüente. Com este equívoco, o PSTU desloca o setor mais avançado dos estudantes, e o isola da grande massa de estudantes atrasados, deixando o caminho livre para a atuação burocrática e governista da direção petista e estalinista da UNE.

Defendemos que o CONLUTE reforce seu caráter de frente única contra a reforma universitária do PT/Lula e contra a burocracia da UNE. A tarefa que se coloca agora é a de construir uma fração revolucionária no Movimento estudantil que atue dentro e fora da UNE.

Resoluções tiradas na Plenária Nacional pelo Passe-Livre – 29 de janeiro de 2005

Resoluções aprovadas no dia 29 de janeiro, na Plenária Nacional pelo Passe-Livre, realizada no espaço Caracol Intergalactika durante a quinta edição do Fórum Social Mundial.

Sobre princípios gerais

O Movimento pelo Passe-Livre é um movimento autônomo, independente e apartidário, mas não anti-partidário. Nossa disposição é de Frente Única, mas com os setores reconhecidamente dispostos à luta pelo Passe-Livre estudantil e pelas nossas perspectivas estratégicas. Os documentos assinados pelo Movimento devem conter o nome Movimento pelo Passe-Livre, evitando, assim, as disputas de projeção de partidos, entidades e organizações.

Sobre o Grupo de Trabalho

a) Que seja retirado da Plenária Nacional pelo Passe-Livre um Grupo de Trabalho, com membros de cada delegação presente.

b) Que não tenha qualquer poder deliberativo, mas meramente de execução de tarefas específicas deliberadas na Plenária através do método do consenso.

c) Que esse GT se organize por um grupo de internet.

Tarefas designadas ao GT: 1) organizar o II Encontro Nacional pelo Passe-Livre; 2) construir um site de internet para o Movimento pelo Passe-Livre, que agrupe as informações e notícias sobre o movimento e 3) organizar a coleta de assinaturas para Projeto de Lei Federal pelo Passe-Livre.

Sobre as perspectivas estratégicas

A luta pelo Passe-Livre estudantil não tem fim em si mesma. Ela é o instrumento inicial de debate sobre a transformação da atual concepção de transporte coletivo urbano, rechaçando a concepção mercadológica de transporte e abrindo a luta por um

transporte público, gratuito e de qualidade, para o conjunto da sociedade; por um transporte coletivo fora da iniciativa privada.

Sobre o dia nacional do Movimento pelo Passe-Livre

Ficam convocadas duas atividades simultâneas pelo Passe-Livre em todo Brasil, uma a ser realizada no primeiro semestre e outra no segundo semestre de 2005. A primeira durante a semana do dia 28 de março, dia do estudante, de caráter flexível e de acordo com as possibilidades de cada localidade. A segunda, no dia 26 de outubro, na perspectiva de acontecer simultaneamente, em mesma data, em todo o Brasil, com vistas a projetar e fortalecer nacionalmente o Movimento pelo Passe livre.

Sobre a campanha pelo arquivamento do processo dos militantes Marcelo Pomar (Florianópolis) e Douglas (Itu)

Convoca-se cada delegação a fazer uma campanha para a arrecadação de moções de solidariedade para o arquivamento dos processos impetrados contra os militantes Marcelo Pomar, de Florianópolis, e Douglas, de Itu, que respondem processo devido a ações políticas pela conquista do Passe-Livre. De modo a tornar efetiva a campanha, sugere-se que as delegações contatem entidades, organizações de direitos humanos, parlamentares, entre outros grupos que possam assinar o documento.

Adendo: A delegação de Itu, SP, já desenvolveu um documento para o militante Douglas. A delegação de Florianópolis, SC, construirá o documento sobre o processo de Marcelo Pomar.

Movimento pelo Passe-Livre, 29 de janeiro de 2005.

Natal:

Prefeito Carlos Eduardo Alves (PSB) age com truculência com os servidores da educação

Os trabalhadores em educação de Natal há muito vem sofrendo com as imposições por parte da secretária de educação Justina Iva. Todos os ditames impostos para caminhar rumo à destruição da escola pública estão sendo cumpridos fielmente. São escolas sucateadas, funcionando em prédios alugados, aumento da carga-horária para os professores etc.

Em resposta, os professores, no ano passado, amargaram a derrota da greve de 2003 quando a categoria foi obrigada a trabalhar até o mês de janeiro repondo as faltas. E o que fez a direção do SINTE? Nada! Pelo contrário, orientou o pagamento de todas as faltas, após termos saído de uma greve derrotada. O ano de 2004 foi alardeado aos quatro cantos que sairia um Plano de Cargos Carreiras e Salários que contemplasse a categoria. Mais uma mentira do Sinte. O PCCS retirou direitos conquistados e o sindicato apenas festejou sua aprovação.

Não devemos esquecer que as eleições diretas, que foi uma conquista da

categoria, têm servido atualmente para acomodar os diretores serviçais do prefeito e da secretária, que segue a risca todas as suas ordens. As benesses oferecidas pela secretária de educação tem levado antigos companheiros a compactuar com certas arbitrariedades.

O ano de 2005, começou sobre a pressão e o chicote de Justina Iva que "comunicou" aos diretores que seria retirada as duas horas de estudo, que os professores tinham direito para planejar melhor e coletivamente suas atividades. Com isso, o trabalho aos sábados já passou a ser um fato consumado. Além disso, para contar pontos para sua evolução funcional fica obrigada a participação em cursos com jornada de trabalho dupla.

A FARSA DOS CONSELHOS:

Em algumas escolas, a decisão de participação antecipada das atividades (reuniões, planejamento, encontros pedagógicos) foi decidida coletivamente, o que foi aprovado só participar quando iniciasse o ano letivo. A secretária Justina Iva não aceitou e afirmou que ne-

hum conselho tem posição superior a Secretaria da Educação.

COMO TEM AGIDO O SINTE?

Após ter apoiado a campanha do PSB, a direção do Sinte(PT) está atrelada ao prefeito e não é capaz de encaminhar qualquer luta contra o prefeito Carlos Eduardo. Os trabalhadores estão órfãos de uma direção que encaminhe a luta verdadeiramente enfrentando o prefeito Carlos Eduardo e pondo abaixo a ditadura e autoritarismo de Justina Iva.

A tarefa dos trabalhadores é traçar a unidade de todos os funcionários tanto do estado quanto do município que sofram com os ataques dos governos de Vilma e Carlos Eduardo (PSB).

Não devemos confiar nessa direção que ao ver os trabalhadores tendo aumento na jornada de trabalho é incapaz de se posicionar contrário e encaminhar uma luta. Que os trabalhadores lutem pela autonomia das escolas contrapondo-se à farsa dos conselhos, que são obrigados a seguir as determinações de Justina Iva.

COMBATER A REFORMA DA PREVIDÊNCIA DE VILMA (PSB) E LULA (PT)

Os trabalhadores vêm sofrendo com o aumento crescente do desemprego, com a imposição de um salário que não atende às nossas necessidades, com os acordos malditos entre sindicatos e governos e com a retirada de direitos conquistados com muita luta. Agora, novamente, a governadora segue a política do governo Lula/PT que é a taxaço dos inativos e aumento da contribuição de 8% para 11%.

É importante desmascarar o discurso utilizado pelo governo e seus aliados (PT/PCdoB) de que apenas 10% dos servidores serão afetados com a reforma. O que está por detrás é a clara intenção de privatizar o serviço de previdência social. Os trabalhadores que sofreram a vida inteira com a exploração capitalista agora são obrigados a contribuir novamente para um grupo de parasitas que se apropriam dessa riqueza. A verdade é que a quantidade de riqueza produzida pela maioria trabalhadora é suficiente para

aposentar todos.

Não sendo suficiente, a governadora que massacra os trabalhadores com o arrocho salarial pretende estender esse ataque aos trabalhadores da ativa. É importante não esquecer que já fechou o IPE.

Burocracia sindical colabora com a reforma criminosa

O entrelaçamento dos sindicatos, ligados ao PT/PCdoB, com o governo de Vilma de Farias faz com que as diversas categorias tenham consecutivas derrotas através de esfacelamento das greves e de acordos de gabinetes. Sem falar de que usam todos os artifícios para desmobilizar os trabalhadores para que estes não se confrontem com o governo. Comungam com o artifício de votar a taxaço no período de dispersão dos trabalhadores.

A máscara dos parlamentares do PT não demorou muito para cair. A deputada federal Fátima Bezerra, fiel cordeiri-

nha do governo Lula, votou na Reforma da Previdência e agora o deputado Fernando Mineiro defende e irá votar na reforma com o falso discurso de "fazer justiça social."

Abaixo a reforma neoliberal da previdência

A luta para derrotar o complô burguês contra a vida dos trabalhadores exige independência política e mobilização das massas. Para isso, é necessário as assembleias de base, a democracia sindical e a unidade grevista dos assalariados. Coloca-se a tarefa de lutar contra o bloqueio imposto pela burocracia sindical colaboracionista e a frente burguesa montada pelo governo Lula/PT. Ou os trabalhadores tomam em suas mãos a bandeira de pôr abaixo a reforma neoliberal ou será implantada pelos governos entreguistas e submissos ao FMI/BANCO MUNDIAL.

(Boletim da Corrente Proletária)

Professores

Balanço do Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE

O XXIX Congresso da CNTE, ocorrido entre os dias 12 a 15 de janeiro, em Brasília, contou com a participação de 2.000 delegados representando 35 sindicatos. As correntes com maior número de delegados foram a Articulação (PT), CSC (PCdoB), CSD e esquerdas do PT.

O Congresso esteve totalmente sob o controle da direção burocrática. A corrente majoritária, Articulação, para manter sua hegemonia reforçou seus métodos antidemocráticos, como a aprovação da tese-guia. O Congresso, longe de elevar o nível de politização dos delegados, esteve marcado pela ausência de discussão política e pela dispersão. Os debates nos grupos ocuparam pouco mais de 1 hora e foram centralizados por mesas que emperravam os trabalhos e por uma parcela de delegados avessa à discussão política.

Tratou-se de um Congresso de apoio à política do governo PT/Lula. Não por acaso, o Ministro da Educação, Tarso Genro, era um dos convidados. O ato realizado por alguns congressistas, no dia 14 de janeiro, para entregar a carta ao governo Lula, mostrou que a tal Campanha Nacional, proposta pela Articulação em torno da bandeira "Conversão da dívida externa em investimentos para a Educação", não passa de uma farsa. Na realidade, o Congresso reafirmou a colaboração com a política do governo Lula, aprovando as principais teses da Articulação: 1) Que as tropas brasileiras se mantenham no Haiti; 2) o FUNDEB, que não passa de uma partilha da miséria dos recursos destinados à educação; 3) a Reforma privatista do ensino superior.

A plenária geral sobre Educação, Estatuto e Plano de Lutas ocorreu com o plenário esvaziado, após a eleição da direção da CNTE. Sobre educação, foi discutido apenas dois pontos: FUNDEB e Reforma do Ensino Superior. Quanto ao estatuto, uma única emenda foi referendada pelo plenário: a manutenção da proporcionalidade de acordo com os critérios da CUT.

Demagogicamente, a Articulação/PCdoB se colocaram contrários ao PROUNI. Isso porque não se opuseram de conjunto à reforma privatizante do ensino superior. A única ação proposta contra o PROUNI foi a realização de um debate. Isso para não ficar tão escancarado seu apoio à Reforma do Ensino Superior. Nada foi deliberado sobre a Reforma do Ensino Médio. A burocracia vinculada à Apeoesp (SP) se colocou abertamente favorável aos 200 dias letivos propostos pela LDB, que impõe a superexploração do trabalho ao magistério.

O Partido Operário Revolucionário participou do Congresso, mas não pôde apresentar uma tese em função dos prazos estabelecidos pela burocracia sindical. Atuou com Manifesto próprio e Resoluções para intervenção nos grupos. E apresentou uma proposta de campanha contra a reforma do governo PT/Lula.

Na plenária sobre a conjuntura nacional, interveio com a emenda em defesa da vida da maioria explorada que se traduzia na necessidade da CNTE aprovar em seu Congresso: Que o governo do PT/Lula cumpra suas promessas de campanha combinando, ao mesmo tempo, com um plano de luta de enfrentamento às reformas antinacional e antipopular. Colocou-se pela necessidade de um plano de luta que se pautasse por: realizações de Assembléias que aprovassem uma verdadeira campanha e um ato em Brasília com os trabalhadores em educação e estudantes, com paralisação, para pôr abaixo as reformas do PT/Lula, através do método da ação direta. Rechaçou o PROUNI, compra de vagas na rede privada, defendendo um único sistema de ensino estatal, como forma de dar acesso à população em todos os níveis da educação.

Quanto à eleição para direção da CNTE, concorreram 4 chapas: chapa 10 (Articulação/PCdoB); chapa 20 (CSD); chapa 30 (PSTU, FOS) e chapa 40 (O Trabalho, PCB). A chapa 10 obteve 60,6%; a

chapa 20: 14,6%; a chapa 30: 9,3% e a chapa 40: 15,9%. O PSTU ficou fora da direção da CNTE. O PSOL e SINPEEM pela base não lançaram chapas.

O POR era favorável a compor uma chapa da Conlutas, que expressasse o bloco oposicionista que se formou no Congresso contra a burocracia estatizante.

Por que não houve uma chapa da Conlutas?

O PSTU e correntes que já compunham a Conlutas convocaram um debate sobre as reformas neoliberais do governo Lula. Essas correntes que estava na mesa do debate puderam expor suas idéias por 10 minutos, enquanto as demais tiveram apenas 5 minutos.

O POR interveio explicando o papel da Conlutas, seu caráter de frente única contra as reformas e o erro ultra-esquerdista de desfiliação da CUT. Porém, não foi aberto o debate sobre as diferentes posições. Isso porque havia uma manifestação, aprovada no congresso, para entregar a pauta da campanha ao governo Lula. Mesmo assim, o POR propôs que houvesse outra plenária e que fosse discutido um plano de luta comum para enfrentar a política da burocracia petista e pedecobista de apoio às reformas do PT. O PSTU informou que tudo dependia da reunião com o PSOL, chamada para discutir a eleição da direção da CNTE. Com isso, não houve uma data fixa para a plenária.

Na verdade, o PSTU, maior força dentro da Conlutas, apostou nas "negociações" com o PSOL. O PSOL não compôs com o PSTU e não apresentou chapa própria. O PSTU, arrastado pelo PSOL, não se propôs a reunir a Conlutas para discutir o programa da chapa e sua composição. O que resultou numa chapa minoritária com alguns setores da Conlutas, reunidos fora de uma plenária.

O POR e militantes da Corrente Proletária criticaram a política do PSTU e se posicionaram pelo voto nulo.

USP Zona Leste: laboratório da política educacional do governo

O governo do Estado de São Paulo inaugura em 27 de fevereiro o campus da USP Zona Leste. Lá haverá 1020 vagas distribuídas em 10 cursos (Gestão Ambiental, Sistemas de Informação, Gestão de Políticas Públicas, Marketing, Licenciatura em Ciências da Natureza, Lazer e Turismo, Tecnologia Têxtil e da Indumentária, Ciências da Atividade Física, Gerontologia e Obstetrícia), todos eles criados para esse fim, já que os estatutos da USP não permitem que haja mais de um mesmo curso na mesma cidade. Assim, não se atendeu à reivindicação de um campus numa das regiões mais populosas e empobrecidas da cidade, que permitisse aos estudantes desses bairros terem acesso aos mesmos cursos oferecidos no Butantã. O governo alocou recursos suplementares ao orçamento da USP para pôr em prática um laboratório de sua política educacional, em que não existisse resistência daqueles que já estudassem e trabalhassem ali. Ao longo dos últimos 6 anos, as tentativas de aplicação de pontos dessa política em cursos já existentes da USP trouxe muita resistência (como na implantação do ciclo básico no curso de Letras ou a regulamentação das fundações), a maioria das medidas propostas sequer foi experimentada (como os cursos sequenciais, as salas de 200 alunos ou os ciclos básicos por área). Numa nova unidade, criada para esse fim, o governo pretende praticar sua política educacional para, a seguir, apresentá-la como modelo a ser imposto ao conjunto da universidade.

É assim que a USP Zona Leste é criada com: a) cursos voltados ao mercado de trabalho; b) ciclos básicos e grandes salas de aula; c) assistência e ,tudantil quase nula; d) iniciação científica precária e manipulada, não vinculada à pesquisa acadêmica.

Na verdade, os cursos criados estão voltados a alguns nichos do mercado de trabalho carentes de profissionais qualificados. Os recursos públicos se voltam não para atender às necessidades ou anseios da população assalariada que os gerou, mas a interesses particulares de alguns setores capitalistas e para fortalecer a política educacional do governo. Pretende-se obter planilhas com bons de-

sempenhos escolares, altas taxas de aprovação e inserção dos formandos no mercado de trabalho.

O ciclo básico é concebido para atender às necessidades de adequação dos recursos limitados ao currículo aprovado. Assim, a própria estrutura dos prédios da USP Leste enfatiza as grandes salas de aula (120 alunos), que transformam as aulas em palestras, economizando professores e rebaixando o nível do ensino. O conteúdo dessas disciplinas já é concebido como de palestras, extremamente genéricas, tais como "Ciências da Natureza", "Psicologia, educação e temas contemporâneos", "Antropologia e multiculturalismo na sociedade contemporânea", "Sociedade, Meio Ambiente e Cidadania", "Arte, Literatura e Cultura no Brasil". Cada um desses temas será abordado em duas horas-aula semanais. Outras 8 horas-aula semanais serão destinadas à formação específica de área. Assim, a maior parte da grade horária será preenchida com disciplinas oferecidas nas salas de 120 alunos.

A biblioteca de 8 mil livros em prédio provisório não será suficiente para atender os mais de mil ingressantes. Além disso, não haverá transporte dos estudantes para outros campi, como Butantã, Pinheiros ou Largo São Francisco, o que inviabilizará o empréstimo de livros dessas bibliotecas.

A assistência estudantil será quase nula. Não estão previstos alojamentos para moradia estudantil. O restaurante terá capacidade para algumas centenas de refeições, o que certamente não será suficiente para os alunos do primeiro ano, sem falar dos professores e funcionários. O transporte previsto entre o trem e o campus terá poucos horários, concentrados na manhã, almoço, fim de tarde e fim de noite. Não há previsão de assistência médica, odontológica, psicológica. O estudante que chegar atrasado ou aquele que precisar sair mais cedo não terá transporte, não se pretende criar condições para que o estudante passe o dia na universidade, não se pretende atender estudantes que morem longe. O campus é voltado para um esquema que se fundamenta na presença física do estudante

nas palestras e na autosuficiência de cada um em sua casa.

A suposta iniciação científica apresentada não tem vínculo com a pesquisa acadêmica. Será voltada à chamada "Solução de Problemas" específicos, não bem determinados. Como se supõe a ligação com a chamada "comunidade", será possível que se ligue a prestação de serviços de consultoria ou assessoria a empresas privadas ("estágios"). De qualquer forma, não é objetivo do projeto desenvolver a pesquisa acadêmica, nem ligar a formação do estudante a ela.

Também se pretende aplicar os novos meios tecnológicos no ensino. Trata-se de uma brecha para se iniciar a transformação de horas-aula em horas-estudo. Mais uma vez, economizar com a contratação de professores, rebaixando o nível do ensino.

O laboratório do governo servirá para atestar a viabilidade de medidas como as grandes salas de aula de 120 ou 200 alunos, as horas-aula sem aulas, o fim da assistência estudantil, o vínculo e submissão da pesquisa ao capital privado.

Os estudantes que acabam de ingressar no campus da Zona Leste terão de perceber a manobra do governo e se unirem aos estudantes das outras unidades da USP para defender a universidade pública e gratuita, e as condições que permitam aos estudantes levarem adiante as suas vidas escolares: salas de aula com não mais que 25 alunos; bibliotecas e laboratórios suficientes para o uso de todos; assistência estudantil para todos os que dela necessitem, incluindo moradia, alimentação, transporte, assistência médica; direito à iniciação científica com bolsas de estudo e direito de ingresso na pesquisa acadêmica.

Todas essas reivindicações dependem da mobilização contra a burocracia universitária que dirige a USP e o governo que a manipula. Os métodos de luta que o movimento estudantil toma emprestado do proletariado e a unidade no enfrentamento contra a burguesia e seus governos são condições para avançar rumo ao ensino público e gratuito para todos, único, laico e vinculado à produção social.

Ato na USP contra o vestibular

Cerca de 80 estudantes do movimento de cursinhos populares, junto a outros setores da USP, manifestaram-se pelo fim do vestibular. Esse mecanismo foi denunciado como um funil utilizado porque nas universidades públicas não têm vagas para a maioria da juventude. Mas o objetivo fundamental foi o de defender o direito ao acesso a todos à universidade pública e gratuita.

Os estudantes também denunciaram a reforma neoliberal da educação do governo PT/Lula, que por meio do ProUni compra vagas ociosas nas universidades privadas.

O movimento começou com um ato em frente ao prédio da Fuvest. Uma passeata tomou conta da avenida principal de acesso à USP. O movimento que se

chamou “descatralização” da educação fez um bloqueio no trânsito queimando uma catraca para dizer: estamos em luta pelo direito ao ensino a todos e fim do vestibular. A passeata voltou ao prédio da Fuvest e os manifestantes ocuparam o local. A polícia reprimiu com violência e prisão de um dos lutadores. Com o conflito e a disposição dos estudantes de manterem a ocupação, as autoridades da USP chamaram para uma reunião. Uma comissão foi formada. O estudante foi libertado e o movimento cumpriu parte de seu objetivo que era o de denunciar o impedimento dos estudantes pobres de acesso à universidade pública.

Esse é um passo que terá de ter continuidade, aumentando a força dos estudantes proletários contra o funil da

escola de classe.

O movimento deve ser baseado em assembléias. A Corrente Proletária da Educação que esteve presente nessa luta defendeu que a comissão fosse eleita em assembléia e que toda e qualquer decisão fosse votada por ela. Acabou sendo constituída uma comissão sem esse critério da democracia dos trabalhadores. É importante que as próximas lutas isso não ocorra e que prevaleça as formas coletivas de decisão.

A Corrente Proletária da Educação defende que o movimento estudantil lute pelo fim do ensino privado, por sua estigmatização sem indenização e por um sistema único de ensino público, gratuito, científico e vinculado à produção social, sob o controle de quem trabalha e estuda.

A reforma do judiciário é parte das reformas neoliberais do governo do PT/Lula

Dentre as reformas neoliberais que o governo do PT/Lula procura implementar no país, está a reforma do judiciário. A primeira parte dessa reforma trata das mudanças na Constituição Federal e já foi aprovada pelo Congresso Nacional no final do ano passado. As principais mudanças foram: 1 – A Criação do Conselho Nacional de Justiça (controle externo do judiciário), que pretende centralizar e controlar a execução orçamentária, apurar a corrupção de juizes etc; 2 – Súmula Vinculante, que proíbe a apresentação de recursos em processos semelhantes àqueles já julgados pelo Supremo Tribunal Federal; 3 – A quarentena, que proíbe juizes e membros do Ministério Público de exercer a advocacia pelo prazo de três anos após o afastamento; 4 – Fim das férias coletivas.

A segunda parte trata da reforma processual, que, através de projetos de lei altera a legislação civil trabalhista e penal. A terceira é a “modernização da gestão”: Ou seja, a fiscalização da aplicação das mudanças, através do Controle Externo do Judiciário, por exemplo.

Em seu conjunto, as mudanças visam adequar este poder aos interesses do grande capital nacional e internacional. Diante da crise capitalista, o imperialis-

mo exige a eliminação de qualquer empecilho a seus interesses. Daí a necessidade de ajustar o judiciário e de mudanças nas leis, códigos e jurisprudência. Enquanto as demais reformas (previdenciária, educação, trabalhista, tributária etc) atingem direta e imediatamente o conjunto dos trabalhadores, a reforma do judiciário vem para adequar este poder à aplicação dessas reformas, colocando-o ainda mais a serviço dos grandes bancos e especuladores financeiros.

Já não se admite interferências (sentenças, recursos etc), mesmo provisórias, na lucratividade do capital. Exige total liberdade para seus negócios e suas empresas, sem ações judiciais protelatórias contra seus crimes ambientais, trabalhistas e financeiros. O imperialismo exige total subserviência dos países semicoloniais e seus Estados, em todas as esferas. Neste sentido, as mudanças na justiça trabalhista tornam-se um dos principais pontos da reforma do judiciário. Trata-se de ajustar as leis às relações de flexibilização trabalhista e a aplicação das demais reformas. Ao mesmo tempo, é preciso seguir a diretriz de redução de gastos com a máquina administrativa através da destruição dos serviços socia-

is públicos (saúde, educação, previdência etc) e de arrocho salarial ao funcionalismo para canalizar os recursos para o pagamento das dívidas públicas. A elevação de despesas processuais, a conciliação, a arbitragem direta, e outras mudanças nas leis atendem a este objetivo.

Um exemplo da necessidade da aplicação dessa política de cortes de verbas através da retirada de direitos dos servidores, rebaixamento salarial e demissões estão nas recentes mudanças efetuadas no judiciário de São Paulo, onde os Tribunais de Alçada foram extintos e o funcionários incorporados em um único tribunal, o TJ. Para mascarar seus reais objetivos e justificar a reforma, o governo lança mão de falsos argumentos. Diz que “se trata de acabar com a corrupção neste poder, com o mau uso do dinheiro público, com a lentidão da justiça”, que é para a “modernização e atualização processual”, que “é preciso ter um judiciário adequado ao nosso tempo”, que a reforma do judiciário “interessa à cidadania e a todos aqueles que dependem ou se relacionam com o judiciário”, que “um melhor funcionamento do judiciário é uma questão fundamental para o desenvolvimento do país”, que “há interesse

democrático na reforma, do ponto de vista da reafirmação da cidadania” etc. Esses argumentos reformistas acobertam o verdadeiro funcionamento e sentido da máquina jurídica. Na verdade, acobertam que o papel do poder judiciário é ser um dos principais pilares de sustentação do Estado capitalista. Tem um papel definido na sociedade dividida em classes, que é a coação e a repressão aos explorados.

Por outro lado, existe uma parcela de

juizes e advogados que sentem ameaçados os seus interesses de casta burocrática. Criticam pontos da reforma, porém concordam que é necessário promover reformas neste poder e que “é preciso dar à justiça condições para enfrentar o século 21”, “preparar profissionais competentes”. Afirmam que se trata apenas de uma questão administrativa, de melhor qualificação, de mais verbas no orçamento etc. Porém, pretendem apenas assegurar seus privilégios para se empe-

nharem no cumprimento das determinações governamentais. Como vemos, a reforma do judiciário vem no sentido de atacar ainda mais o conjunto dos trabalhadores. Trata-se de aperfeiçoar a justiça burguesa no sentido de atender melhor os interesses da classe dominante. Para a maioria dos servidores deste poder, a reforma representará mais arrocho salarial, retirada de conquistas, aumento da superexploração do trabalho, repressão e demissões.

Luta do Movimento Operário

Resposta a Tribuna Metalúrgica

Depois que o Lula chegou à Presidência à Tribuna Metalúrgica não faz mais nenhuma crítica ao governo. Isso acontece porque a direção do nosso sindicato declarou total apoio ao governo Lula. A partir desta edição o Nossa Classe trará sempre uma matéria mostrando tudo aquilo que a Tribuna não fala, não só em relação ao governo, mas sobre tudo que acontece no Brasil e no mundo.

A Tribuna Metalúrgica do dia 27 de janeiro trouxe a seguinte matéria: “Combate à pobreza é tema de Lula”. Lula declarou no Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre, que é preciso fazer uma campanha mundial para acabar com a fome e a pobreza. A pergunta é: Será que o Lula quer realmente acabar com a pobreza? Provaremos que não.

O governo Lula que foi eleito com as promessas de criar 10 milhões de empregos, dar três refeições ao dia para todos os brasileiros, dobrar o salário mínimo e fazer a reforma agrária, na prática é um governo que assumiu o compromisso de pagamento da dívida externa às custas da sangria do país e da miséria dos trabalhadores. Só no primeiro ano de seu governo foram pagos cerca de 150 bilhões de juros ao FMI, enquanto que para o programa fome zero, que é uma máscara para acobertar a fome e a miséria, foram liberados apenas 2 bilhões. As primeiras medidas do governo Lula foi no sentido de corte de

gastos sociais, elevação dos juros e a manutenção do salário mínimo de fome. No primeiro ano de governo (2003), decretou um salário mínimo de R\$ 240,00, que não dava para as necessidades de um trabalhador. No segundo, R\$260,00 e agora um reajuste miserável para R\$300,00, que mantém a fonte de fome e miséria.

É um governo que mantém milhares de famílias de sem terra acampadas nas estradas para preservar os interesses dos latifundiários. É um governo que exige dos sindicatos e da CUT a colaboração para evitar que o descontentamento dos operários, camponês e demais trabalhador se manifeste por meio das greves, ocupações e manifestações contra as reformas neoliberais, o desemprego e o arrocho salarial. Como vimos, o governo Lula ataca as condições de vida dos trabalhadores para atender os compromissos com os banqueiros internacionais e nacionais.

Para se eliminar a miséria e a fome, é necessário acabar com o desemprego e o salário mínimo de fome. Nesse sentido, o sindicato, ao invés de apoiar o governo, deve organizar um movimento unitário de todos os trabalhadores para derrotar nas ruas as reformas neoliberais do governo Lula e exigir que cumpra suas promessas de 10 milhões de empregos, três refeições ao dia a todos os brasileiros e reforma agrária.

Assembléia geral de todos os metalúrgicos contra as demissões

Outra matéria que não podemos deixar de comentar é sobre três companheiros demitidos da GODKS (autopeça de Diadema), que a Tribuna Metalúrgica publicou a foto no dia 2 de fevereiro.

Na matéria, os três trabalhadores aparecem acampados na frente da empresa com uma faixa na mão que dizia: “Nós trabalhadores demitidos, não recebemos nossos direitos e estamos passando fome”.

Companheiros da Volks, vocês não viram nada de errado ao lerem essa matéria? Nós do Nossa Classe repudiamos a naturalidade com que a direção de nosso sindicato fala das demissões. Na matéria, o diretor do sindicato de Diadema se limitou apenas a dizer que os trabalhadores estão corretos em exigir o

pagamento de seus direitos e disse que os outros trabalhadores da GODKS realizaram um almoço solidário aos três companheiros.

Companheiros, é esse o papel do sindicato, exigir apenas que a empresa pague os direitos dos demitidos? E depois que acabar os direitos, eles farão o que? Virarão mendigos? Está errado companheiros. A solidariedade que o sindicato deve pedir para os trabalhadores não deve se limitar à realização de um almoço para os demitidos, mas aproveitar o almoço para exigir a reintegração dos três demitidos à fábrica. O papel do sindicato, no momento de qualquer demissão, é o de convocar uma assembléia geral de todos os metalúrgicos, para pôr de pé a luta contra as demissões, que estão acontecendo não só na

GODKS, mas em todas as fábricas do ABC.

Não podemos continuar divididos. A direção de nosso sindicato deve convocar assembleia geral já, para lutar contra as demissões. É na assembleia geral que veremos que o problema de uma fábrica é o mesmo das outras. É na assembleia geral que os trabalhadores serão um só contra as demissões. É na assembleia geral que os trabalhadores sentirão toda a sua força para impor aos patrões a redução da jornada sem redução de salário

Metalúrgico do ABC assume presidência do Sebrae

No dia 26 de janeiro, o ex-tesoureiro do sindicato, Paulo Okamoto, tomou posse como novo presidente do Sebrae, órgão do governo responsável pela ajuda a pequenas e médias empresas. Com a vitória do governo Lula, um batalhão de sindicalistas tem se tornado representante da política burguesa no aparato do Estado.

A integração de sindicalistas aos órgãos do Estado e ao parlamento burguês mostra o quanto à burocracia sindical está adaptada ao Estado burguês. Mostra também que a burocracia sindical quer substituir o sindicato de luta de classes por um sindicato de participação nos órgãos públicos, para ajudar a aplicar a política do governo, que é a política dos exploradores sobre os explorados.

Na verdade, o que a burocracia sindical pretende é que os sindicatos e a CUT participem das chamadas políticas públicas, como por exemplo usar o dinheiro do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), para cursos de requalificação. Gasta-se o di-

Movimento Popular em Fortaleza Boletim da Fração Popular de Luta

Reproduzimos abaixo trechos do boletim:

A **Fração Popular de Luta** é um grupo político formado pelo POR (Partido Operário Revolucionário) e independentes que lutam por uma sociedade sem exploração, contra o capitalismo. No movimento popular objetiva organizar a luta através das mobilizações de massas no MCP (Movimento dos Conselhos Populares), combatendo os governos burgueses nas ruas e lutando pela democracia, autonomia e independência política. Mas para que isto venha acontecer na prática, acreditamos que as reivindicações só serão alcançadas através da ação direta (manifestações, bloqueio de avenidas etc) e, ao mesmo tempo, com a unificação dos movimentos sociais (estudantil, camponeses, professores etc).

O QUE É O CAPITALISMO?

O capitalismo é a sociedade em que vivemos, onde quem são os donos dos bancos, comércios, fábricas são burgueses (os ricos) que controlam tudo e se enriquecem sem fazer nada, explorando a mão de obra dos proletários (o operário) e demais trabalhado-

O boletim traz ainda denúncias contra as manobras da direção reformista do movimento, e a defesa dos princípios da democracia operária. E faz um chamado: "só assim poderemos construir e solidificar um movimento que lute contra a opressão social e nacional de qualquer governo; em defesa das reivindicações, que só serão conquistadas com a democracia, organização e manifestações de rua etc."

para pôr fim as demissões.

O Nossa Classe defende.

Que o sindicato e a CUT organize um movimento nacional contra as demissões, unindo empregados e desempregados para impor aos patrões e ao governo a escala móvel das horas de trabalho, que significa a divisão de todas as horas produzidas no país entre todos os trabalhadores aptos ao trabalho.

nheiro do trabalhador e este continua desempregado. A burocracia sindical quer destruir o sindicato como um organizador coletivo de greves e manifestações contra o próprio Estado e seu governo.

Trata-se de acabar com a capacidade de luta da classe operária e esvaziar o sindicato como instrumento coletivo dos trabalhadores para o enfrentamento a exploração capitalista do trabalho.

O Nossa Classe defende:

Um sindicato de luta de classes, independente dos patrões e do governo.

Um sindicato que tenha como programa a ação direta contra a exploração do trabalho e contra a opressão política e social exercida pela burguesia.

Recuperar a capacidade de luta do sindicato tendo por base as reivindicações de emprego e salário, que combata o capitalismo e que defenda o socialismo.

res que recebem um salário miserável pelo tempo de serviço.

A miséria, fome, as guerras, a falta de moradia, escolas, saúde e o desemprego e a violência fruto dessa sociedade dividida em classes sociais que a cada dia mata de fome crianças, jovens, adultos e demitem vários trabalhadores em todo o mundo. É por isso que temos que compreender as causas dos nossos problemas para poder resolver, e tendo como meta construir o regime socialista através da revolução social, ou seja, uma sociedade sem explorados e exploradores.

O QUE É O MCP E PARA QUE SERVE?

É o Movimento dos Conselhos Populares, e tem como objetivo organizar, discutir e solucionar os problemas dos bairros, são nestas reuniões onde os moradores terão o direito de discutir os problemas como: moradia, educação, saneamento básico, saúde, segurança, emprego etc, propondo mudanças a partir das uniões dos moradores por meio da organização dos mesmos para enfrentar o sistema capitalista.

O Partido Operário Revolucionário iniciou um novo ciclo de estudos históricos.

Será realizado em duas fases: 1) As revoluções burguesas; 2) As revoluções Proletárias. Como introdução, estudamos o texto de Engels sobre as principais contribuições de Marx, destacando a concepção materialista da história. Abaixo publicamos esse texto.

Karl Marx – Friedrich Engels

“Marx inscreveu seu nome na história da ciência por numerosas e importantes descobertas, das quais nós citaremos aqui somente as principais.

A primeira é a revolução operada por ele na concepção da história do Mundo. Considerava-se antes que as razões últimas de todas as mudanças históricas deveriam ser procuradas nas idéias mutáveis dos homens e que, todas as transformações históricas, as mais importantes, aquelas que dominam toda a história, são mudanças políticas. Mas não se perguntou de onde vinham aos homens as idéias e quais são as causas que determinam as transformações políticas. Somente a nova escola dos historiadores franceses, e em parte também dos historiadores ingleses, haviam chegado à convicção de que, desde a Idade Média, a força motriz, na história Européia, era uma luta que se desenvolvia entre a burguesia e o feudalismo pelo domínio social e político. Marx, porém, demonstrou que, até os nossos dias, toda a história é uma história de luta de classes, que em todas as lutas políticas, múltiplas e complexas, trata-se do domínio social e político de tal ou qual classe, que para as classes velhas trata-se de manter este domínio e para as classes em ascensão trata-se de conquistar o poder.

Mas, como nascem e se mantêm essas classes? Elas nascem e se mantêm sempre em virtude de condições materiais, tangíveis, nas quais uma determinada sociedade produz e troca o que é necessário para a vida. O domínio feudal da Idade Média repousava sobre a economia das pequenas comunidades camponesas que produziam elas mesmas quase todos os produtos que consumiam, desconheciam até certo ponto a troca e eram protegidas contra o estrangeiro pela nobreza belicosa que lhe conferia uma coesão nacional, ou pelo menos política. Quando cresceram as cidades e se formou uma indústria artesã diferente, dando lugar a um comércio que a princípio era puramente nacional, depois internacional, a burguesia urbana se desenvolveu e, em sua luta contra a nobreza, conquistou o seu lugar no regime feudal como classe que tem direitos especiais. A descoberta, porém, de novos países, a partir de meados do séc. XV, forneceu à burguesia um vasto campo de negócios e, por conseguinte, um novo estímulo à sua indústria. O ofício foi

suplantado em ramos importantes pela manufatura e esta, por sua vez, após a invenção da máquina a vapor no último século, foi suplantada pela indústria. Esta última reagiu sobre o comércio levando de vencida, nos países atrasados, o antigo trabalho a mão, criando nos países mais desenvolvidos os meios atuais de comunicação, as máquinas a vapor, as estradas de ferro e o telégrafo elétrico. Dessa forma, a burguesia concentrou cada vez mais em suas mãos a riqueza e o poderio sociais, enquanto permanecia ainda longo tempo afastadas do poder político, que se achava nas mãos da nobreza e da realza apoiada pela nobreza. Em certo grau de desenvolvimento, entretanto – na França, por exemplo, depois da Grande Revolução – a burguesia conquistou igualmente o poder e tornou-se por sua vez a classe dominante frente ao proletariado e os pequenos camponeses.

Assim se explicam todos os fenômenos históricos – se se tem um conhecimento suficiente da situação econômica da sociedade, situação que é descurada por nossos especialistas em história. As idéias e as crenças de cada época se explicam igualmente de modo mais simples pelas condições da vida econômica da época e pelas relações sociais e políticas que daí decorrem. É somente graças a esta concepção que a história foi pela primeira vez colocada em seu verdadeiro terreno. O fato evidente de que os homens, antes de tudo, comem, bebem, abrigam-se e vestem-se e que devem trabalhar antes de lutar pelo poder, ocupar-se de política, de religião e de filosofia, este fato manifesto, até o presente completamente negligenciado, logrou finalmente o direito de ser citado na História.

Para a idéia socialista, esta nova concepção da história era de extrema importância. Está agora demonstrado que toda história da humanidade se move através de antagonismos e lutas de classe, que existiram sempre classes dominantes e dominadas, exploradores e explorados, e que a grande maioria dos homens esteve sempre condenada a um penoso trabalho e a uma existência miserável. Por que isto? Muito simplesmente porque em todas as etapas precedentes do desenvolvimento da humanidade a produção era ainda tão fraca que a história só podia avançar com a existência desses antagonismos; que somente uma pequena minoria

privilegiada contribuía para o progresso histórico, enquanto que a massa estava condenada a conseguir pelo trabalho seu magro sustento e a aumentar continuamente a riqueza da minoria privilegiada.

Esta concepção da História, porém, concepção que explica tão natural e simplesmente o domínio de classe, explicada até então pela maldade dos homens, conduz também à convicção de que, dado o formidável desenvolvimento atingido atualmente pelas forças de produção, não há mais razão alguma, pelo menos nos países avançados, para que os homens sejam divididos em dominadores e dominados, em exploradores e explorados.

A grande burguesia dominante cumpriu sua missão histórica; ela é, não só incapaz de dirigir a sociedade, mas também tornou-se um obstáculo ao desenvolvimento da produção, como demonstram as crises comerciais, principalmente a última, e a depressão da indústria em todos os países. A direção histórica passou para o proletariado, classe que pode libertar-se unicamente porque, em virtude de sua situação social, ele anula todo domínio de classe, toda subordinação e toda exploração. As forças produtoras da sociedade, que ultrapassaram a capacidade da burguesia, só esperam o momento de passar para as mãos do proletariado unificado, que estabelecerá um regime que permita a todos os membros da sociedade participar não só na produção, mas também na repartição e na gestão das riquezas sociais. Graças à regularização racional de toda a produção, este regime poderá elevar as forças de produção sociais e os produtos criados por eles de modo a poder satisfazer cada vez mais as necessidades razoáveis de cada um.

A segunda descoberta importante de Karl Marx é a explicação das relações entre o capital e o trabalho, ou por outra, a demonstração do modo em que se realiza a exploração dos operários pelos capitalistas na sociedade atual, com o modo de produção vigorante. Depois que a economia política estabeleceu que unicamente o trabalho é a fonte de toda riqueza e de todo valor, devia-se fatalmente perguntar como é que o assalariado não recebe todo o valor produzido por seu trabalho e deve deixar uma parte para o capitalista. Foi inutilmente que os economicistas burgueses e socialistas se esforçaram por dar uma resposta estritamente científica a esta questão, até o momento em que Marx encontrou a solução. O atual modo de produção capitalista implica a existência de duas classes sociais: de um lado, os capitalistas, que possuem os instrumentos necessários à produção e à existência; de outro, os proletários que nada possuem e são obrigados, para viver, a venderem a sua única mercadoria: sua força de trabalho. Mas o valor de uma mercadoria qualquer é determinado pela quantidade de trabalho socialmente necessário

para a produção e renovação desta mercadoria; por conseguinte, o valor da força de trabalho de um homem médio durante um dia, um mês, um ano, é determinado pela quantidade de produtos necessários à manutenção do operário durante um dia, um mês, um ano. Admitamos que os produtos necessários a um operário para um dia exigem seis horas de trabalho, ou, o que dá na mesma, que o trabalho nele incorporado representa uma duração de seis horas. Nesse caso, o valor da força de trabalho para um dia se exprime pela soma de dinheiro necessitando igualmente de seis horas para ser produzida. Admitamos agora que o capitalista que ocupa o nosso operário lhe paga esta soma, isto é, o valor total de sua força de trabalho. Se o operário trabalhasse atualmente seis horas por dia para o capitalista, ele reembolsaria completamente o capitalista do gasto efetuado por este último: seis horas de trabalho por uma soma valendo seis horas de trabalho. Mas nesse caso nada ficaria no bolso do capitalista. Este, é natural, raciocina de modo completamente diverso: eu comprei, diz ele, a força de trabalho deste operário, não por seis horas, mas por todo o dia. Conseqüentemente ele obriga o operário a trabalhar, segundo as circunstâncias, 8, 10, 12, 14 horas, e mesmo mais, de sorte que o produto das horas que seguem à sexta hora de trabalho é o produto de um trabalho não pago e vai para o bolso do capitalista. Desse modo o operário a serviço do capitalista não somente devolve a este último o valor que ele recebeu por sua força de trabalho, mas produz ainda a mais-valia de que o capitalista começa por se apropriar, e a seguir, em virtude de leis econômicas determinadas, se reparte entre toda a classe capitalista e forma a principal fonte de onde sai a renda fundiária, o juro, a acumulação capitalista, em uma palavra, todas as riquezas consumidas e acumuladas pelas classes parasitas.

Dessa forma, ele demonstrou que as riquezas adquiridas pelos capitalistas atuais provém da expropriação de um trabalho não pago de outrem, da mesma forma que os senhores de escravos ou senhores feudais que exploravam o trabalho dos servos, e que todas estas formas de exploração só se diferenciam pelas maneiras e meios empregados para se apropriarem do trabalho de outrem. Por conseguinte, as classes possuidoras não podem mais argüir hipocritamente que o Direito, a Justiça, a Igualdade dos direitos e deveres, a Harmonia geral dos interesses reinam na ordem social atual. A sociedade burguesa de hoje, como as sociedades anteriores, é uma forma gigantesca de exploração da imensa maioria do povo por uma ínfima minoria, que além disso não cessa de diminuir.

É sobre estas duas bases capitalistas que repousa o socialismo científico contemporâneo (...)."

Nesta edição:

- Bolívia - Mesa: Não me deixam governar!
- Eleições no Iraque: a ocupação militar aumenta a crise

Artigos do Cerqui Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Bolívia - Mesa: Não me deixam governar!

Desde o início de Janeiro, o presidente da Bolívia, Carlos Mesa, vem sendo importunado pelos movimentos sociais (El Alto, Santa Cruz, COB, cocaleros), ao ponto de afirmar que não o deixam governar. Mesa fez com que os movimentos se colocassem contra as medidas pró-imperialistas que o governo tenta implementar. A última delas é o aumento do gás e do diesel.

Em Santa Cruz, a sede de governo foi atacada pela população no início de janeiro. Também foi uma das regiões que mais se mobilizou contra o gazolinaço.

Em El Alto, a população se revoltou contra a empresa privatizada de águas "Águas del Illimani" ocupando sua sede (alto custo de conexão e impossibilidade contratual de expansão do serviço da companhia).

A COB organizou, junto com outros movimentos, protestos nas capitais dos departamentos (estados) de La Paz, Co-

chabamba, Potosí e outras.

A crise chegou a tal ponto que Mesa teve de recompor seu ministério.

Tentando desviar as lutas para o marco institucional (das ilusões democráticas) Mesa procura agora impulsionar com esse "novo ministério" uma demagógica agenda de curto prazo, que incluiria além da eleição de prefeitos, a luta contra a pobreza; a reativação da economia; a autonomia departamental e, para fechar o circo, a Assembléia Constituinte. Essas mesmas bandeiras já tinham sido prometidas em outubro de 2003 e em janeiro de 2004. Nada indica que consigam frear o ímpeto das lutas.

O governo aposta que, fortalecendo o Legislativo com a discussão dessas medidas poderá facilmente conseguir um pacto social para abrandar as lutas. Também procura apaziguar as oligarquias regionais que estão se chocando, chegando a propor a divisão do Estado Boli-

viano (Ocidente/Oriente), com a autonomia departamental e a descentralização de recursos de áreas como saúde, educação, moradia e gestão social.

Mas, como dissemos, tudo isso é demagogia, são subterfúgios para eternas discussões de gabinetes, enquanto se tenta desmobilizar as massas, para assim poder aplicar a linha imperialista, como a Nova Lei dos Combustíveis.

Eleições Municipais – uma farsa que esconde a divisão da miséria

As eleições para prefeito marcadas para o dia 12 de junho, marcarão uma nova fase de opressão. Os novos prefeitos serão agraciados com a municipalização de vários serviços públicos e o orçamento municipal não será suficiente para fazê-los funcionar satisfatoriamente, ou seja, esses serviços serão sucateados e depois privatizados. Tudo indica que a nova ofensiva capitalista será respondida com mais mobilizações.

Eleições no Iraque: a ocupação militar aumenta a crise

A realização das eleições no Iraque foi concebida pelos Estados Unidos como meio de legitimar sua intervenção militar e política no país. Um governo eleito com expressiva participação popular no pleito daria uma fachada democrática à ditadura da ocupação militar. Pr isso, apesar do crescimento dos atentados nos dias que antecederam a votação, com dezenas de mortos diários, as tropas dos EUA impuseram a sua realização. O objetivo era o de eleger um governo da maioria xiita do país, mas não vinculado aos aiatolás (coligação Iraque Unido), que mantém ligação com o governo do Irã, adversário dos Estados Unidos. O partido do premiê Iyad Allawi, Acordo Nacional Iraquiano, era o preferido das tropas de ocupação.

Cerca de 60% dos iraquianos regis-

trados votaram (8 milhões, num total de 14,2 registrados e numa população de 27 milhões). Centenas de denúncias de fraudes ocorreram. Os sunitas boicotaram as eleições. No norte do país, um terço das urnas foi levada dos locais de votação por homens armados, impedindo cristãos e sunitas de votarem. Os xiitas votaram em grande número, mas nos candidatos dos aiatolás.

O resultado das eleições desapontou os EUA. Pretendiam, após a instalação de um governo manipulado mas eleito, afrouxar a ocupação militar e voltar suas atenções para a invasão do Irã, anunciada no discurso de Bush e em falas da Secretária de Estado Condoleezza Rice. Divulgaram a retirada de 15 mil soldados americanos do país. Agora, com o resul-

tado negativo, o discurso mudou: o Irã será deixado para depois, agora ainda é necessário solucionar o problema da ocupação militar do país, que sofre resistência cada vez maior. A realização de eleições não trouxe um alívio para o imperialismo, ao contrário, aumenta a crise da ocupação. O maior entrave para que a resistência iraquiana se torne uma insurreição geral contra a ocupação é a direção política das frações burguesas nacionalistas, sempre dispostas a um acordo com o imperialismo que lhes garanta fração do poder regional. A ausência de um partido revolucionário, que empunhe a independência política, de classe, a fim de unir os oprimidos das diversas nacionalidades contra o imperialismo e a burguesia submissa, é o elemento chave da situação.